

MEMÓRIA DA 5ª REUNIÃO CONJUNTA DAS CÂMARAS TÉCNICAS CTGI, CTEA, CTPA, CTMH e CTAS GESTÃO 2021-2023		
DATA: 08/06/2021	HORÁRIO: 9h	LOCAL: Plataforma Teams
LISTA DE PRESENÇA		
Nome	Entidade	Câmara Técnica
Laura Stela (coordenadora)	SIMA	CTGI
Márcia Nascimento	SIMA	CTPA
Alfredo Pisani	DAEE	CTMH
Gerson Salviano	IPT	CTGI, CTMH e CTPA
Alessandra Cristina Corsi	IPT	CTMH e CTPA
Tatiana Luiz dos Santos Tavares	IPT	CTAS
Paulo Alberto Teixeira	CVS-SS	CTMH
Gilson Guimarães	CETESB	CTGI
Maria Emília	CETESB	CTPA
Lilian Peres	CETESB	CTMH
Claudia Varnier	IG	CTAS
Juliana Souza	PM de Mogi das Cruzes	CTMH
Emerson Teruaki Mochizuki	PM de Mogi das Cruzes	CTPA
Marcelo Rodrigues da Motta	PM de Itapeceira da Serra	CTPA
Natacha Nakamura	PM de Suzano	CTGI
Cristiano Oliveira	SEMAE de Mogi das Cruzes	CTMH
Carla Geanfrancisco Falasca	APGAM	CTAS
Rubens Paes	APGAM	CTPA
Camila Arantes	UFABC	CTGI e CTAS
Melissa Graciosa	UFABC	CTMH
Renata Moreira	UFABC	CTMH
Juliana Freitas	UNIFESP	CTAS
Érica Gonçalves	SEAE	CTGI e CTEA
Hélcio Júnior	Assoc. Ambientalista Floresta em Pé	CTMH
Ricardo Saad	CIESP SBC	CTAS e CTMH
Sonia Nogueira	AESabesp	CTEA
AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS		
Jaqueline Bória	UNIFESP	CTPA
CONVIDADOS		

Nome	Entidade
Ana Sedlacek	FABHAT/ Secretaria Executiva
Larissa Cristina Silva	FABHAT/ Secretaria Executiva
Beatriz Vilera	FABHAT
Hélio Suleiman	FABHAT
Valburg Junior	FABHAT
Mayara Trivinho	FABHAT
Roberto Teruo Ohmori	Sec. de Agricultura e Abastecimento
Paulo Machado	
Claudio Santana	PM de Embu Guaçu
Juliane Rodrigues	PM de Mogi das Cruzes
Tatiana	PM de Biritiba-Mirim
Cintia Espinola	SEMAE de Mogi das Cruzes

1. Abertura

Laura Stela (SIMA), coordenadora da CTGI, iniciou a reunião às 9h10 e agradeceu a presença de todos. Informou que a pauta seria a aprovação da memória da reunião anterior e a análise dos projetos de 15 a 18.

Larissa Cristina (FABHAT) apresentou a memória, que foi aprovada sem considerações.

Laura reforçou que para os tomadores não participarem da discussão sobre a análise do projeto apresentado por eles, apenas se solicitado algum esclarecimento pelo coordenador da reunião, conforme Deliberação CBH-AT nº 117/2021.

2. Apresentações

Laura consultou os analistas e os demais representantes das CTs se seria possível alterar a ordem das apresentações, caso necessário, considerando a prioridade para projetos no qual possa haver dúvidas sobre licenciamento ambiental, pois Gilson Guimarães (CETESB), que tem bastante conhecimento sobre o assunto, teria outro compromisso às 10h quando precisaria se ausentar da reunião. Todos concordaram e a ordem das apresentações ficou distribuída da seguinte forma: projetos 17, 15, 18 e 16.

Projeto 17 – DAEE – Execução de serviços de limpeza, desobstrução e desassoreamento no Rio Tietê, no trecho denominado "Lote 6 e Lote 7", compreendido entre a Rua das Hortências até o Canal de Descarga da Barragem de Ponte Nova, numa extensão aproximada de 9,6 km no município de Biritiba-Mirim e Salesópolis, Estado de São Paulo.

Analistas: Gerson Salviano (IPT), Camila Candiles (SEMAE Mogi das Cruzes), Melissa Graciosa (UFABC) e Carla Geanfrancisco (APGAM).

Apresentação: Gerson Salviano (IPT)

Os principais pontos destacados foram os seguintes:

- O título do projeto é muito extenso;
- No TR consta que o projeto está localizado na APRM Alto Tietê-Cabeceiras, nos Municípios de Biritiba-Mirim e de Salesópolis, porém está apenas no de Biritiba-Mirim;
- O tomador não justificou a escolha do local para o desassoreamento a partir de um diagnóstico da área;
- Contextualizar o projeto no estudo realizado pelo IG: Mapeamento de riscos de movimentos de massa e inundações do município de Biritiba-Mirim”, disponível no site da SIMA, inclusive realizado para vários municípios da Bacia do Alto Tietê;
- Não utilizou diretrizes para prevenção e controle;
- Não realizou o enquadramento no PDC;
- O objetivo geral, específico, metas, ações e indicadores não estão de acordo com o modelo da Deliberação CBH-AT nº 117/2021;
- Deve descrever melhor o projeto básico/executivo e produtos/resultados;
- Não descreve a sustentabilidade do projeto após sua conclusão;
- Cronograma: necessita de ajustes por conter repetições;
- Planilha orçamentária: não haverá necessidade de remover vegetação no Lote 7?;
- Prevê grande movimentação de caminhões para destinação do material removido. Dizer qual será o uso deste material;
- Apresentou o protocolo da CETESB sobre o licenciamento ambiental.

Carla Geanfrancisco (APGAM) complementou também que não foi descrito no projeto o impacto causado pela movimentação de grande quantidade de caminhões no local para retirada do material removido, inclusive não foi descrito qual será o uso dado a este material.

Com relação à dúvida quanto ao licenciamento, Gerson perguntou para o Gilson (CETESB) em que momento a emissão da autorização da CETESB será necessária, além do protocolo já apresentado. Gilson esclareceu que de maneira geral, se dá da seguinte forma:

A solicitação chega à Diretoria de Impacto da CETESB → A Diretoria realiza uma pré-análise e emite o protocolo de licença → A Diretoria indica ao empreendedor qual tipo de documento deverá apresentar → o empreendedor preparará a documentação para a emissão da licença, que deve ser concluída antes do projeto chegar para análise do agente técnico, se indicado pelo CBH-AT.

Após as discussões nas CTs, os representantes decidiram solicitar complementações ao tomador.

CONCLUSÃO → Complementações, para reanálise dos analistas e FABHAT.

Melissa Graciosa (UFABC) ressaltou que o desassoreamento é uma medida paliativa e onerosa. O ideal seria investir em projetos de prevenção e contenção de sedimentos na bacia, considerando os Planos de Drenagem. Gerson completou sobre a necessidade de realizar o monitoramento do transporte de sedimentos na bacia do Alto Tietê.

Laura Stela destacou a importância de contemplar essas questões no Relatório de Situação para ter subsídios de melhorias no Plano da Bacia.

Gerson reforçou a necessidade do alinhamento das análises das CTs com relação aos projetos de desassoreamento, considerando também a prevenção. Sugeriu que após as reuniões de análise dos projetos, haja uma discussão sobre esse e outros assuntos, a fim de propor melhorias e alternativas tecnológicas para definição de ações e critérios nas indicações de empreendimentos ao FEHIDRO.

Projeto 15 – PM de Mogi das Cruzes - SERVIÇOS DE LIMPEZA, REMOÇÃO DE MACRÓFITAS AQUÁTICAS FLUTUANTES, DESOBSTRUÇÃO E DESASSOREAMENTO DO RIO JUNDIAÍ, A PARTIR DA PONTE NA AVENIDA JAPÃO ATÉ A ADUTORA DA SABESP, NUMA EXTENSÃO APROXIMADA DE 4,5 KM

Analistas: Gerson Salviano (IPT), Natacha Nakamura (PM de Suzano), Melissa Graciosa (UFABC) e Carla Geanfrancisco (APGAM).

Apresentação: Gerson Salviano (IPT)

O projeto já havia sido apresentado anteriormente pelo DAEE, e agora o é pela Prefeitura de Mogi das Cruzes.

Os principais pontos destacados na apresentação foram os seguintes:

- O título é muito extenso;
- Na introdução e justificativa deve esclarecer as interferências no trecho do rio Jundiaí, sua previsão em algum plano de drenagem e especificar qual a habilidade da Secretaria proponente para este tipo de projeto;

- O objetivo geral, específico, metas, ações e indicadores não estão de acordo com o modelo constante da Deliberação CBH-AT nº 117/2021, e devem se adequar aos objetivos específicos;
- Não apresentou mapa, devidamente georreferenciado, com a área de estudo e identificação do trecho de intervenção;
- Faltou informar a população a ser beneficiada;
- Especificar o local de bota-fora e a qualidade do material de desassoreamento;
- Apresentar a equipe técnica no padrão requerido, e melhorar a descrição das atribuições da equipe;
- Imagens apresentadas são de 2016, cabendo sua atualização;
- Deve adequar o projeto básico/executivo;
- Em produtos esperados deve apresentar os benefícios para as áreas de mananciais e para a Bacia do Alto Tietê.

Natacha Nakamura (PM de Suzano) fez uma ressalva que o transporte rodoviário dos sedimentos representa 1/3 do valor total do projeto. Considerando também o impacto ambiental causado por essa atividade, reforçou sobre a importância das alternativas tecnológicas para atender tal demanda e das medidas de contenção para os desassoreamentos.

Complementou com a sugestão da realização de projetos com esse escopo através de uma parceria entre o Municípios e DAEE (Estado).

Após as discussões nas CTs, os representantes decidiram solicitar complementações ao tomador.

CONCLUSÃO → Complementações, para reanálise dos analistas e FABHAT.

Projeto 18 – DAEE - Execução de serviços de limpeza, desobstrução e desassoreamento no Rio Juquery, compreendido entre a foz do Córrego do Maracujá até a foz do Ribeirão Perus, numa extensão aproximada de 14,8 km nos municípios de Franco da Rocha e Caieiras, Estado de São Paulo

Analistas: Gerson Salviano (IPT), Cristiano Von Steinkirch (SEMAE de Mogi das Cruzes) e Melissa Graciosa (UFABC).

Apresentação: Gerson Salviano (IPT).

Os principais pontos destacados foram os seguintes:

- O título do projeto é longo;

- O empreendimento localiza-se fora da APRM Alto Juquery. Caso esteja nela inserido, precisa justificar;
- As imagens para indicar a localização do empreendimento não estão claras;
- O tomador não relacionou a previsão de intervenção com o PDMAT 3, nem outro plano de drenagem;
- Projetos básicos/executivo precisam estar de acordo com o modelo constante da Deliberação CBH-AT nº 117/2021;
- Rever metas, ações, indicadores, produtos e resultados esperados;
- O tomador não apresentou o protocolo da CETESB do processo de consulta prévia sobre licenciamento ambiental.

Cristiano Von (SEMAE de Mogi das Cruzes) reforçou que o tomador não garantiu a sustentabilidade do projeto, pois o desassoreamento não irá conter a sedimentação no rio e depois de um tempo será necessário realizar a mesma medida novamente. E destacou que a bacia do Alto Tietê, tem capacidade de trazer soluções mais inovadoras e medias mais eficazes, considerando o procedimento atrelado ao planejamento e gestão da Bacia.

Laura Stela complementou sobre a necessidade de aprimoramento do PAPI e Deliberação, e espera que esse ano as CTs consigam se dedicarem por mais tempo para realizarem as adequações necessárias.

Camila Arantes (UFABC) reforçou sobre algumas questões que são importantes considerar na análise do projeto: sustentabilidade e valor máximo para a ação do SubPDC 7.2 de acordo com o PAPI. Ressaltou sobre a possibilidade de incluir na deliberação o valor máximo para cada tomador, como já discutido anteriormente nas reuniões das CTs.

Após as discussões nas CTs, os representantes decidiram solicitar complementações ao tomador.

CONCLUSÃO → Complementações, para reanálise dos analistas e FABHAT.

Laura ressaltou que o limite máximo de recurso previsto no PAPI deverá ser respeitado, e que esse assunto voltará a ser discutido quando os tomadores apresentarem as complementações solicitadas.

Camila perguntou sobre as reuniões do GT Plano da Bacia. Hélio Suleiman (FABHAT) explicou que os dados para elaboração do Relatório de Situação também estão sendo validados pela Coordenadoria e que depois disso serão enviados para a FABHAT iniciar

o RS. E complementou que irá verificar com a equipe o que já pode ser iniciado sem os dados, considerando as temáticas levantadas nas reuniões das CTs para discussão.

Laura ressaltou que a discussão sobre as melhorias já pode ser iniciada antes do RS. Gerson e Camila se colocaram à disposição para uma parceria entre IPT e Universidade sobre essas questões.

Melissa Graciosa (UFABC) sugeriu que nas próximas chamadas os representantes de municípios onde serão realizadas as obras não participem da análise dos projetos.

Projeto 16 – PM de Mogi das Cruzes – ESTUDOS DE VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICA DE INTERVENÇÕES NO CÓRREGO RIO GRANDE, VISANDO O COMBATE A ENCHENTES AO LONGO DE SEU TRECHO SUPERIOR, LOCALIZADO NO DISTRITO DE BIRITIBA USSU EM MOGI DAS CRUZES, ESTADO DE SÃO PAULO

Analistas: Márcia Nascimento (SIMA), Alaine Feital (PM de Biritiba Mirim), Melissa Graciosa (UFABC) e Carla Geanfrancisco (APGAM).

Apresentação: Carla Geanfrancisco (APGAM).

De maneira geral, o empreendimento não se enquadra nas ações a serem financiadas pelo FEHIDRO em 2021, de acordo com a Deliberação CBH-AT nº 117/2021. Estudo de viabilidade técnica se enquadra como PDC 1, o PDC 7.2 é ação estrutural ou elaboração de projeto básico/executivo.

Embora não tenha viabilidade para o financiamento em 2021, foi efetuada a análise, verificando-se que o TR não apresenta minimamente o conteúdo previsto no Anexo da Deliberação CBH-AT nº 117/2021.

Melissa complementou que o tomador poderia entrar com adequações em próxima chamada do FEHIDRO com a proposta de elaboração de um projeto básico/executivo ou revisão do plano de drenagem, incluindo estudos, diagnósticos, levantamentos.

Portanto, devido ao não enquadramento, os representantes decidiram pela inabilitação do projeto.

CONCLUSÃO → Inabilitado.

3. Encerramento

Laura Stela agradeceu a presença de todos e informou que a próxima reunião está agendada para terça-feira (08/06), para discussão das análises dos projetos 19 a 21 e discussão sobre a solicitação da CETESB referente a aditivo financeiro em dois

empreendimentos já contratados em 2019. Reiterou o convite a todos os representantes para se inscreverem como analistas dos próximos projetos.

Beatriz Vilera (FABHAT) informou que a SVMA retirou a solicitação para reindicação do projeto “REVISÃO DO PLANO DE MANEJO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL APA CAPIVARI MONOS, ZONA SUL DE SÃO PAULO”, indicado ao FEHIDRO pelo CBH-AT em 2020.

A reunião encerrou às 11h30.